BALANÇO das ÁGUAS

Publicação Anual da Agência Nacional de Águas - Nº 3

PROGESTÃO

Incentivo aos estados para implementar a Política Nacional de Recursos Hídricos

País já possui **Salas de Situação** em 23 estados

Cursos capacitam **12,5 mil pessoas** na temática de recursos hídricos

ANA
AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS

O Caminho é a Descentralização e a Participação

A cooperação pela água foi o tema do Dia Mundial da Água em 2013. No Brasil, um forte exemplo da dependência da cooperação como base para o êxito é a Política Nacional de Recursos Hídricos, instituída pela Lei 9.433/97. Desde então, importantes passos foram dados e houve muitos avanços na construção de um modelo de gerenciamento descentralizado, participativo e integrado. Hoje existem dez comitês interestaduais e mais de 170 comitês estaduais instalados. Muitos desses comitês já aprovaram seus respectivos planos de bacia e, em alguns casos, a cobrança pelo uso da água e a constituição de Agências de Água (leia na pág. 5) já são realidade.

Mas os desafios para a gestão sustentável dos recursos hídricos estão presentes no dia a dia, como a necessidade de fortalecimento dos organismos de bacia, maiores investimentos na formação de quadros técnicos permanentes para os órgãos gestores estaduais e mais tecnologia para o monitoramento. Importante contribuição dada pela ANA nesse sentido tem sido o Progestão, lançado pela Agência em março do ano passado. Até o momento, 20 estados já aderiram ao programa, que disponibiliza recursos financeiros aos que, em contrapartida, estabelecem e cumprem metas de gestão em recursos hídricos (pág. 3). Outro apoio importante são as Salas de Situação estaduais. Em 2013, a ANA investiu R$ 7,6 milhões para reforçar o monitoramento a eventos críticos (secas e cheias) em 12 unidades da Federação. Com isso, 23 estados já contam com essas estruturas de monitoramento (pág. 10).

Para 2014, Água e Energia é o tema escolhido pela ONU para as celebrações do Dia Mundial da Água, um assunto extremamente relevante para o Brasil, onde a geração hidroelétrica representa 70% de toda a capacidade instalada. Um dos desafios da geração de hidroenergia é o controle do assoreamento dos reservatórios das hidrelétricas, que acarreta na perda da capacidade de regularização e de energia.

No final do ano passado e início deste ano, as concessionárias e autorizadas de geração de energia hidrelétrica do Sistema Interligado Nacional (SIN) receberam instruções e prazos para enviar relatório da atualização das cota-área-volume das usinas. É a primeira vez que um levantamento como este é feito em nível nacional. Quando estiver disponível, daqui a dois anos, será o resultado do esforço conjunto que começou em 2010, quando foi assinada a Resolução Conjunta ANA-ANEEL nº 03 de 20 agosto de 2010 (pág. 6).

Outro ponto de destaque nesta edição do Balanço das Águas é a baixa vazão média afluente aos reservatórios, que, neste verão, tem afetado o volume armazenado. No Nordeste, mais da metade dos açudes estão com 30% de sua capacidade. Os baixos níveis de precipitação também ocasionaram reduzidas vazões afluentes aos reservatórios do Sistema Cantareira, que abastece cerca de 50% da Região Metropolitana de São Paulo, o que levou a ANA e o Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE) de São Paulo a constituírem o Grupo Técnico de Assessoramento para Gestão do Sistema Cantareira (GTAG-Cantareira) para tratar desta grave situação.

Por causa da atual seca, a ANA definiu diversas regras regulatórias emergências. A participação dos comitês de bacia nas discussões para o estabelecimento dessas regras emergências (pág. 7) é mais uma importante dinâmica de gestão descentralizada e participativa, buscando sempre a construção de cooperação e de uma gestão legitimada pela participação social.

Boa Leitura !

Diretoria Colegiada

Vicente Andreu Guillo - Diretor-presidente
Paulo Lopes Varella Neto
João Gilberto Lotufo Conejo
Gisela Damm Forattini

Secretaria-Geral (SGE)
Mayui Vieira Guimarães Scafura
Coordenação de Articulação e Comunicação (CAC)
Antônio Félix Domingues

Lista completa de autoridades em www.ana.gov.br/institucional

Expediente

Coordenação:
Cláudia Dianni - Mtb 56.200/SP
Redação:
Cláudia Dianni - Mtb 56.200/SP
Raylton Alves - DF 6948JP
Projeto Gráfico:
Raylton Alves
Direção de arte:
Raylton Alves

Capa: Lago Igapó (PR)
Zig Koch / Banco de Imagens ANA

Endereços:

Setor Policial (SPO), Área 5, Quadra 3
Blocos B, L, M e T - Brasília (DF)
CEP: 70610-200

SIA Trecho 4, Lote 370 - Brasília (DF)
CEP: 71200-041

Telefone: (61) 2109-5103
E-mail: imprensa@ana.gov.br
Sítio na internet: www.ana.gov.br

© 2014 Agência Nacional de Águas
As matérias desta publicação podem ser reproduzidas, desde que citada a fonte.

Edição nº 3: O Balanço das Águas é uma revista anual da Agência Nacional de Águas. Esta edição resume as principais atividades da ANA entre março de 2013 e março de 2014.

SUMÁRIO

Gestão

Progestão: parceria com os estados para implementar a Política Nacional de Recursos Hídricos 3

Conjuntura 2013 aponta melhora na qualidade das águas de bacias que ampliaram saneamento 4

Regulação

Hidrelétricas recebem instruções e prazos para verificar assoreamento de seus reservatórios 6

ANA define regras emergenciais de uso em rios e açudes no semiárido por causa da seca 7

ANA e DAEE começam a discutir nova outorga para o Sistema Cantareira 8

Política Nacional de Irrigação e marcos regulatórios impulsionam emissão de outorgas 9

Monitoramento

País tem Sala de Situação em 23 estados para acompanhar cheias e secas 10

Monitoramento da qualidade da água ganha reforço 11

Apoio ao Sistema

Agência capacita mais de 12,5 mil pessoas em temas relacionados a água 12

Projetos

Prodes contrata estações de tratamento de esgotos que vão beneficiar mais de 1 milhão de pessoas 13

Produtor de Água recebe prêmio internacional 13

Internacional

Brasília vai sediar VIII Fórum Mundial da Água em 2018 14

Brasil e Peru assinam cooperação em recursos hídricos 15

ANA

ANA dá posse a técnicos administrativos aprovados no último concurso público 16

Projeto da Agência está entre os 30 mais sustentáveis do Brasil 16

Diretoria Colegiada recebe servidora e renovação de mandatos 17

Prêmio ANA

Prêmio ANA 2014 recebe inscrições 18

Progestão: parceria com os estados para implementar a Política Nacional de Recursos Hídricos

Tércio Capello / SEMARH-AL

Governador de Alagoas assina adesão do estado ao Pacto das Águas

Desde março do ano passado, quando o Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas (Progestão) foi lançado pela Agência Nacional de Águas, 20 estados aderiram ao programa, que prevê o desembolso de até cinco parcelas anuais de R$ 750 mil, para cada estado, mediante o cumprimento de metas institucionais pré-estabelecidas por eles.

Os recursos são transferidos do orçamento da ANA para os órgãos gestores estaduais com o objetivo de oferecer apoio para que os estados avancem na implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos – PNRH (Lei 9.433/97).

O Progestão é a ferramenta prática para aplicação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas, iniciativa da Agência Nacional de Águas que culminou na assinatura de compromisso entre a Diretoria Colegiada da ANA e os órgãos gestores estaduais de recursos hídricos, em dezembro de 2011, com o objetivo de desenvolver e fortalecer o Sistema Nacional de Gestão de Recursos Hídricos (Singreh), os Sistemas Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Segrehs) e as políticas públicas para o setor.

As metas fixadas pelos estados que aderem ao Progestão são compromissos que buscam a harmonização de critérios, processos e procedimentos que dão subsídios à implementação dos instrumentos de gestão de recursos hídricos, previstos na PNRH.

São exemplos de metas o aperfeiçoamento da rede de monitoramento de rios, formação de banco de dados sobre disponibilidade hídrica ou emissão de outorga para uso dos recursos hídricos, melhora nos estabelecimento de critérios para emissão de outorgas, formação ou aperfeiçoamento de cadastro de usuários de recursos hídricos, elaboração de estudos e planos de bacia, capacitação de servidores, implementação da cobrança pelo uso da água nas bacias hidrográficas, entre outras ações.

O sistema de gestão de recursos hídricos está baseado na descentralização, praticada por meio de conselhos estaduais de recursos hídricos; pela participação da sociedade nos 170 comitês de bacias hidrográficas existentes no País, e pela integração. Este último pilar do sistema sofre atraso quanto à integração dos aspectos de quantidade e qualidade da água; da gestão ambiental e dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos; e da integração da política de recursos hídricos com as políticas de setores usuários do insumo.

"É importante reverter esse quadro para continuarmos avançando na implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, principalmente diante da condição de dupla dominialidade das águas (estadual e federal) e da grande interdependência entre a gestão de recursos hídricos no âmbito federal e dos estados. O Progestão tem o objetivo de cumprir este papel", disse o diretor-presidente da ANA, Vicente Andreu.

Podem participar do Progestão todos os estados da União e o DF. A adesão ao programa é voluntária. Serão disponibilizados R$ 100 milhões do orçamento da ANA nos próximos cinco anos. Cada estado que adere ao programa fixa suas próprias metas, que são aprovadas pelos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos (CERHs). Já aderiram ao Progestão os seguintes estados: AC, AL, GO, PB, MT, MS, PR, SC, RS, PI, RO, SE, MA, RN, RJ, TO, PA e AM, CE e BA.

Conjuntura 2013 aponta melhora na qualidade das águas de bacias que ampliaram saneamento

O relatório de Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil - 2013 indicou tendência de melhora da qualidade da água em bacias hidrográficas que vêm investindo em saneamento, o que inclui o aumento da coleta e do tratamento de esgotos. É o caso, por exemplo, da bacia do rio Tietê que passa pela Região Metropolitana de São Paulo, onde houve melhora do Índice de Qualidade da Água (IQA) em 17 pontos de monitoramento.

A publicação apontou que o monitoramento realizado em 2001 pontos em 2011 revelou o seguinte resultado: IQA bom em 76% dos pontos, regular em 11%, ótimo em 6%, ruim em 6% e péssimo em 1%. Considerando os 148 pontos localizados em áreas urbanas, a situação do Índice de Qualidade da Água foi diferente: 32% ruim, 30% regular, 24% bom, 12% péssimo e 2% ótimo.

Leia na próxima página os destaques do Conjuntura 2013, que trouxe o balanço da situação e da gestão dos recursos hídricos superficiais e subterrâneas no Brasil. O Conjuntura 2013 utilizou dados de referência produzidos entre os anos de 2008 e 2012, dependendo da informação. Leia a integra no site da ANA.

Zig Koch / Banco de Imagens ANA

Conjuntura aponta melhora da qualidade da água do rio Paraíba do Sul (foto)

Destaques do Conjuntura 2013 sobre águas superficiais e subterrâneas

Chuvas

A precipitação média anual (histórico de 1961-2007) no Brasil é de 1.761mm, variando de 500mm no semiárido do Nordeste a mais de 3.000mm na Amazônia. Em 2009 a chuva média no País excedeu, em mais de 15%, o valor médio histórico em cinco regiões hidrográficas. Outras quatro regiões também registraram valores acentuados, entre 10 e 15%. Por outro lado, em 2012 o volume médio de chuva no País foi de 1.651mm, abaixo da média histórica, e cinco regiões hidrográficas tiveram precipitações bem abaixo desta média.

Água doce superficial

Apesar de o Brasil possuir 13% da água doce disponível do planeta, a distribuição é desigual, pois cerca de 80% estão concentrados na Região Hidrográfica Amazônica, onde vive pouco mais de 5% da população brasileira. Na Região Hidrográfica Atlântico Leste, onde há quase 8% da população e as capitais Salvador e Aracaju, por exemplo, estão menos de 0,4% das águas dos rios.

Água doce subterrânea

A reserva subterrânea potencial explotável no Brasil (disponibilidade hídrica subterrânea) é de 11.430m³/s. As águas subterrâneas abastecem 39% dos municípios brasileiros.

Reservatórios

Os reservatórios desempenham papel importante na gestão dos recursos hídricos. Além de armazenar água nos períodos de chuva, contribuindo para o controle de cheias em alguns casos, eles podem liberar parte do volume armazenado em épocas de seca, aumentando a oferta de água. O Brasil possui 3.607m³ por habitante de volume máximo disponível para armazenamento de água. Esta estimativa é superior a vários continentes, só perdendo para o volume armazenado pela América do Norte, de 5.660 m³ por habitante.

Demandas

Em 2010, em comparação com 2006, houve aumento de cerca de 29% da vazão de retirada total de água dos rios, passando de 1.842m³/s para 2.373m³/s. O aumento se deu principalmente devido à irrigação, que passou de 866m³/s para 1.270m³/s (47% do total). Já a vazão de consumo (aquela água que é retirada e não é devolvida diretamente à natureza) passou de 986m³/s para 1.161m³/s, um aumento de 18%. Portanto, em 2010 a irrigação foi responsável por 72% da vazão consumida; o uso dos animais por 11%; o uso urbano por 9%; o industrial por 7%; e o rural (exceto irrigação e a água para matar a sede de animais) por 1% do total consumido.

Irrigação

A área irrigada projetada para 2012 foi de 5,8 milhões de hectares ou 19,6% do potencial nacional de 29,6 milhões de hectares. Considerando a relação área irrigada e total cultivadas, as regiões hidrográficas Atlântico Sul e Atântico Sudeste apresentam o mais elevado percentual de irrigação, com 19,4% e 24,02% em 2012. As regiões São Francisco e Atântico Nordeste Oriental também se destacam com irrigação em 17,8% e 14% da área total cultivada em 2012, enquanto a região Amazônica apresenta o menor percentual: 1,6%. Embora possua a maior área irrigada, a Região Hidrográfica do Paraná apresenta apenas 7,5% de sua área cultivada com irrigação, abaixo da média nacional de 8,6%.

Indústria

É o terceiro maior uso do País em termos de vazão de retirada dos rios e o quarto em consumo. Em algumas bacias corresponde ao principal uso da água (na bacia do Tietê, por exemplo, responde por 45% da vazão de retirada). Este uso é mais concentrado nas regiões hidrográficas do Paraná, Atlântico Sudeste e nas cabeceiras do São Francisco, onde se concentra a maior parte da mão de obra e a infraestrutura para o escoamento da produção (portos, malha viária, aeroportos) e mercado consumidor. Essas regiões concentram 80% das outorgas (licenças) emitidas para uso industrial. A fabricação de celulose, papel e produtos de papel e a metalurgia básica são os usos industriais com maior número de outorgas nos rios da União.

Qualidade das águas

Considerando os valores médios de Índice de Qualidade da Água (IQA) nos 2001 pontos de coleta (em 17 estados) no ano de 2011, observou-se condição ótima em 6% dos pontos de monitoramento, boa em 76%, regular em 11%, ruim em 6% e péssima em 1%. Águas com condições ótima, boa e regular são próprias para o abastecimento público após tratamento convencional. Águas ruins ou péssimas são impróprias para o abastecimento, necessitam de tratamento mais avançado e estão em mananciais que atravessam áreas urbanas densamente povoadas. Quando considerados apenas os 148 pontos de monitoramento dessas áreas, o percentual de pontos péssimos sobe para 12% e o de ruins chega a 32%. Entre as bacias que apresentaram mais pontos com melhora (entre 2001 e 2011) estão as bacias do Tietê (34% dos pontos) e do Paraíba do Sul (24%). Em ambos os casos a razão da melhora são investimentos em coleta e tratamento de esgoto.

Saneamento

Segundo informações do Censo Demográfico do IBGE de 2010, o Brasil possui 90,88% e 61,76% da população urbana atendida por rede geral de água (existência de rede, não necessariamente de água) e por rede coletora de esgoto, respectivamente. Comparadas com as informações de 2000, houve manutenção da cobertura de rede de abastecimento e aumento de cerca de 8% da cobertura de rede de esgoto. O percentual de esgoto tratado com relação ao coletado subiu de 20% para quase 30%, na comparação entre 2000 e 2008, mas ainda há acentuadas diferenças entre as regiões. Enquanto São Paulo tem índice de tratamento de 78,4%, por exemplo, o percentual do Maranhão é de apenas 1,4%.

Destaques do quadro institucional e legal

Comitês de bacia

Em 2012, havia 174 comitês de bacia hidrográficas (CBH) instalados no Brasil, sendo 164 em bacias de rios de domínio estadual e nove em bacias de rios de domínio da União, correspondendo a uma área total de 2,17 milhões de km² que cobre mais de 25 % do território brasileiro. Em 2012, o CBH do Rio Grande foi instalado e o CBH do Rio Paranapanema teve sua criação e instalação.

Cobrança pelo uso da água

Desde o início da cobrança pelo uso das águas nas bacias hidrográficas, em 2003, foram cobrados R$ 628,4 milhões e arrecadados R$ 562,9 milhões. A cobrança foi implementada nas seguintes bacias hidrográficas com rios de domínio da União: Paraíba do Sul; Piracicaba, Capivari e Jundiaí (PCJ); São Francisco; e Doce. Os comitês das bacias do rio Verde Grande e do Paranaíba começaram a tratar das diretrizes da cobrança no âmbito de seus planos de recursos hídricos. Em bacias hidrográficas de domínio dos estados, há cobrança no Rio de Janeiro, Ceará, São Paulo e Minas Gerais.

Planos de Recursos Hídricos

Dos 27 estados, 18 já contam com Planos de Recursos Hídricos. Amazonas, Pará, Amapá, Maranhão, Rondônia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Rio Grande do Sul ainda não concluíram seus planos. Com relação aos planos de bacia de rios interestaduais, já foram concluídos planos que atingem 51% do território brasileiro. Em 2012 foram iniciados os trabalhos para a bacia do rio Piranhas-Açu (PB e RN).

Certificações

Em 2012, a Agência Nacional de Águas analisou pedidos de Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica (DRDH) ou alteração de outorga para 19 empreendimentos hidrelétricos. A ANA emitiu uma DRDH para a Hidrelétrica de Iraí, no rio Uruguai, e uma outorga para a Usina Hidrelétrica de Colíder, no rio Teles Pires. Em 2012, a instituição emitiu Certificado de Sustentabilidade de Obra Hídrica (CERTOH) para sete empreendimentos de infraestrutura hídrica instalados ou financiados pela União, que equivalem a investimentos que ultrapassam a R$ 3 bilhões.

Hidrelétricas recebem instruções e prazos para verificar assoreamento de seus reservatórios

Zig Koch / Banco de Imagens ANA

Hidrelétrica de Itaipu (PR)

As concessionárias e autorizadas de geração de energia hidrelétrica do Sistema Interligado Nacional (SIN) receberam em dezembro de 2013 as orientações para verificar o nível de assoreamento nos reservatórios de seus empreendimentos. No início deste ano, os empreendedores foram informados que terão 24 meses, a contar a partir de 14 e março deste ano, para enviar à Agência Nacional de Águas (ANA) o relatório final contendo a atualização das cota-área-volume das usinas, mecanismo que identifica o nível de assoreamento dos reservatórios. Antes, porém, elas terão até 14 de fevereiro para enviar o plano de trabalho detalhando como será a execução do levantamento e da proposta de enquadramento da usina de acordo com o nível de criticidade do assoreamento e disponibilidade de material cartográfico.

Esta foi a última etapa dos critérios a serem definidos para as usinas hidrelétricas (UHE) e pequenas centrais hidrelétricas (PCH) para o cumprimento de uma série de procedimentos estabelecidos conjuntamente pela ANA e pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), detalhadas na Resolução Conjunta ANA-ANEEL nº 03 de 20 agosto de 2010. Atualmente, 864 geradoras de energia terão de se adaptar às regras da Resolução, mas o levantamento do nível de assoreamento terá que ser feito apenas pelas cerca de 150 usinas do SIN.

O objetivo das duas agências reguladoras foi estabelecer as condições e os procedimentos a serem observados por esses empreendedores para a instalação, operação e manutenção de estações de monitoramento na área de influência daquelas usinas hidrelétricas e conhecer a quantidade de água disponível para atender também a outros usos de água. A partir dessas novas normas regulatórias, passarão a ser verificados também o nível dos rios, o volume de chuvas, o aporte de sedimentos e a qualidade da água.

A atualização da cota-área-volume terá que ser feita pelas hidrelétricas do SIN a cada dez anos, com possibilidade de períodos mais curtos, dependendo do nível de criticidade averiguado. Os reservatórios serão classificados quanto ao seu potencial de assoreamento tomando-se como parâmetros: o potencial de produção de sedimentos, a posição na cascata, o regime de operação e a magnitude e importância dos efeitos do assoreamento.

O assoreamento do volume útil dos reservatórios das hidrelétricas acarreta perda da capacidade de regularização e de geração de energia. Já os reservatórios operados a fio d'água (que não reservam grandes volumes de água) podem ser afetados pelo assoreamento por meio da elevação de níveis de remanso (trecho do rio sem corrente) a montante ou podem afetar outros usos.

Desde 2010, quando foi assinada a Resolução ANA-ANEEL, outras instruções foram enviadas aos empreendedores com orientações sobre a instalação e operação das estações hidrométricas, sobre o envio e consistência dos dados hidrológicos coletados e sobre a elaboração do relatório de monitoramento. As novas normas também estabelecem que e as mediações de descargas líquidas (vazão) e sólidas (sedimentos) e da qualidade da água terão que ser realizadas a cada três meses, além das informações de nível de chuva que serão transmitidas on-line. Para isso, os empreendedores já receberam prazos e instruções para modernizar os equipamentos com tecnologia de transmissão por telemetria (celular) ou satélite.

A necessidade de dados consubstanciados sobre os regimes de operação dos reservatórios de aproveitamento hidrelétricos são importante porque, entre outras razões, subsidiam a tomada de decisão quanto às atividades de fiscalização, regulação, operação e mediação no setor elétrico.

Com as novas regras, as declarações de reserva de disponibilidade hídrica e as outorgas de direito de uso de recursos hídricos para aproveitamento de potenciais hidrelétricos emitidas pela ANA passam a incluir condicionantes específicas de cumprimento das obrigações referentes a essas normas.

Com essa Resolução, a ANA e a ANEEL assumiram a função de orientar os agentes do setor elétrico sobre os procedimentos de coleta, tratamento e armazenamento dos dados hidrométricos objetos do normativo, bem como sobre a forma de envio dessas informações em formato compatível com o Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos (SNIRH), o que permitirá a difusão dos dados em "tempo real".

ANA define regras emergenciais de uso em rios e açudes no semiárido por causa da seca

Pelo menos metade dos 547 reservatórios monitorados pela ANA no Nordeste chegou a março deste ano com menos de 30% da capacidade de armazenamento. Para conviver melhor com os impactos gerados pela forte estiagem que o semiárido vem atravessando nos últimos anos, a Agência Nacional de Águas adotou várias ações regulatórias emergenciais. Com o objetivo de priorizar o abastecimento humano, conforme prevê a Lei 9.433/97, que criou a Política Nacional de Recursos Hídricos, foram estabelecidas regras de restrições de uso em alguns rios e açudes. A ANA continua acompanhando os níveis dos rios e reservatórios e novas medidas podem ser anunciadas.

Zig Koch / Banco de Imagens ANA

Rio intermitente entre Patos (PB) e Serra Negra do Norte (RN)

As ações de emergência podem variar da redução da vazão de defluência (saída) dos reservatórios até a fixação de dias alternados para captação de água em rios e açudes para atividades produtivas ou mesmo a suspensão temporária dos usos. Até o início de março, 49 reservatórios e quatro rios – Piancó (PB); Piranhas-Açu (PB-RN); Verde Grande, e Pardo (MG) – estavam sendo monitorados diariamente pela ANA no semiárido. Dos 49 reservatórios, dois são responsáveis pela produção de energia: Sobradinho, no rio São Francisco; e Pedra, no rio das Contas, ambos na Bahia. Em abril do ano passado, a ANA autorizou a redução da vazão mínima de defluência desses dois reservatórios do setor elétrico, de 1.300 m³/s para 1.100 m³/s em Sobradinho; e de 4 m³/s para 2m³/s em Pedra.

Em outubro, foram estabelecidas regras de restrição de uso no rio Piranhas-Açu, que percorre a Paraíba e o Rio Grande do Norte, e para os açudes de Coremas e Mãe D'Água, ambos na Paraíba. Os usuários localizados nos municípios Coremas, Pombal, Cajazeirinhas, Paulista e São Bento, na Paraíba; e em Jardim Piranhas e Jucurutu, no Rio Grande do Norte, só foram autorizados a retirar água do rio e dos açudes para qualquer atividade produtiva três vezes por semana das 2h às 11h. Além disso, as liberações de vazão do Coremas e do Armando Ribeiro Gonçalves foram determinadas respeitando as condições indicadas no Marco Regulatório da Bacia (divisa PB/RN e foz).

A seca também reduziu o volume de água do açude Epitácio Pessoa, na Paraíba, conhecido como Boqueirão. Nessa região, a partir de junho, os produtores foram autorizados a retirar água do reservatório para irrigar as plantações de até cinco hectares até o o início de março. Em novembro, o diretor-presidente da ANA, Vicente Andreu, participou de audiência pública na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) do Senado para explicar a situação no entorno do Boqueirão. Entre outros detalhes, ele esclareceu aos senadores que a batimetria do açude (para verificar o comprometimento da capacidade de armazenamento) feita pela ANA constatou que a capacidade do Boqueirão é igual à detectada na última batimetria realizada em 2004 pela Agência Executiva de Gestão das Águas da Paraíba (Aesa), que identificou redução de cerca de 30% na capacidade do açude. O reservatório Boqueirão abastece Campina Grande e outros 19 municípios no estado e atende a mais de um milhão de pessoas.

Depois de realizar reuniões com representantes dos usuários, do comitê de bacia hidrográfica e do poder público local, foi estabelecido um rodízio para os irrigantes situados ao longo do riacho que aflui do açude Santa Inês (PB). No município de Santa Inês, foi permitido captar água às segundas, quartas e sextas e em Conceição, às terças, quintas e sábados. Ainda na Paraíba, foram estabelecidas restrições de uso e redução da vazão defluente nos açudes Engenheiro Ávidos e São Gonçalo para garantir o abastecimento. O primeiro abastece o município de Cajazeiras e o último, os municípios de Souza e Marizópolis e é manancial do Perímetro Irrigado de São Gonçalo, onde há intensa produção de coco verde.

A situação do açude Itans, responsável pelo abastecimento de 70% da área urbana do município de Caicó (RN), também ficou crítica. Após reunião com usuários, comitê da bacia hidrográfica e representantes do poder público, foi permitido à Companhia de Água e Esgoto do Rio Grande do Norte (CAERN) manter a captação de 100 l/s, mas aos irrigantes do Perímetro Irrigado Itans foi determinada a restrição de operação dos sistemas de irrigação para quatro vezes por semana durante três horas por dia. Já aos irrigantes do entorno do açude, foi permitido operar no máximo duas vezes por semana durante duas horas por dia. Em setembro, a ANA, a Empresa Baiana de Água e Saneamento S/A (Embasa) e a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) fizeram nova alocação negociada da água para o reservatório de Mirorós (BA), responsável pelo abastecimento de 16 municípios. A vazão de retirada tanto para a Embasa quanto para a Codevasf foi limitada a 250 l/s. Ao inaugurar uma adutora para captação de água do rio São Francisco, a Embasa pôde reduzir em 50% a dependência do açude Mirorós. A contribuição da Codevasf foi reduzir 450 ha de área irrigada, o que fez cair em cerca de 20% sua demanda de água para os 2.166 ha originais. Aos agricultores, a Codevasf ofereceu áreas em outros perímetros irrigados.

Com a participação da comissão gestora da bacia do rio Gorotuba (MG), em dezembro de 2013 foi feita nova alocação negociada de água que definiu manter as condições atuais: 2.400 l/s de vazão de retirada para o Distrito Irrigado de Gorotuba, 1.200 l/s três vezes por semana para o Perímetro Irrigado Lagoa Grande, e vazão de 400 l/s para os demais usuários. Uma nova alocação negociada está prevista para abril, após o período chuvoso. No açude Bocaina (PI), na alocação negociada, acordada em agosto de 2013, foi definida liberação de vazão média de 0,51 m³/s para os irrigantes. Para atender ao distrito irrigado de Torrões, a ANA determinou a liberação de 0,75 m³/s durante o mês de dezembro.

Para verificar o cumprimento dessas regras, foram realizadas várias campanhas de fiscalização em nove açudes no semiárido e nos rios Piancó (PB), Piranhas-Açu (PB-RN) e Pardo (MG). Ao todo, foram 60 campanhas de fiscalização em 2013, sendo 32 em decorrência da seca, com emissão de autos de infração e embargos de bombas de captação, em algumas casos. Como resultado da atuação da ANA, houve aumento da garantia do abastecimento nos municípios onde esses açudes são o único ou o principal manancial.

ANA e DAEE começam a discutir nova outorga para o Sistema Cantareira

Zig Koch / Banco de Imagens ANA

Sistema Cantareira é o principal manancial da Grande São Paulo

Um dos maiores sistemas produtores de água do mundo, o Sistema Cantareira, responsável pelo abastecimento público de cerca de 50% da Região Metropolitana de São Paulo, terá uma nova outorga de direito de uso da água. Em agosto de 2014 vence a outorga emitida à Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP) pelo Departamento de Água e Energia Elétrica (DAEE) do Estado de São Paulo, por delegação da Agência Nacional de Águas. Também serão definidas novas regras de operação dos reservatórios do Sistema: Jaguari-Jacareí, Cachoeira e Atibainha, localizados na bacia do rio Piracicaba, e do reservatório Paiva Castro, localizado na bacia do Alto Tiête.

Em agosto de 2013, a ANA convocou uma reunião na sede da Agência, em Brasília, com as partes interessadas, da qual participaram representantes do Governo do Estado de São Paulo, dos comitês e agências da bacia do Piracicaba, Capivari e Jundiaí (PCJ), do Consórcio PCJ, do Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tiete (CBH-AT), da SABESP e da Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A (SANASA) para iniciar o processo de renovação da outorga do Sistema Cantareira.

Nesta reunião, foi estabelecido um cronograma de trabalho que iniciou o período para o recebimento de propostas dos entes do sistema, até 8 de novembro de 2013, e uma segunda etapa, concluída em 6 de dezembro de 2013, para a apresentação, pelos órgãos gestores reguladores de recursos hídricos, a partir das sugestões apresentadas, de uma proposta orientadora para o processo final de discussão.

Para receber contribuições da sociedade, foram anunciadas audiências públicas presenciais em Campinas e na capital paulista, nos dias 13 e 14 de fevereiro de 2014, respectivamente. Também foram recebidas contribuições pela internet, pelo portal da Audiência Pública da ANA, até o dia 10 de fevereiro. No entanto, devido à necessidade de revisão dos estudos que subsidiaram as minutas de Resolução de Outorga e de Operação dos Reservatórios do Sistema Cantareira, em função da ocorrência do período excepcional de estiagem no início de 2014, as audiências públicas presenciais em Campinas e São Paulo foram suspensas.

Foi instituído, também, o Grupo Técnico de Assessoramento para Gestão do Sistema Cantareira (GTAG-Cantareira), composto por representantes da ANA, DAEE, SABESP, Comitê PCJ e CBH-AT. O Grupo tem o objetivo de acompanhar os dados referentes aos reservatórios e estruturas do Sistema Cantareira e recomendar às autoridades outorgantes as vazões a serem liberadas e as medidas a serem adotadas. O GTAG deverá manter suas atribuições até 05 de agosto ou prazo anterior, a critério das autoridades outorgantes.

O Sistema Cantareira é composto por seis barragens interligadas por um complexo sistema de 48 quilômetros formado por túneis, canais e uma estação de bombeamento para que a água ultrapasse a barreira física da Serra da Cantareira. Sua área de drenagem se estende até o sul de Minas Gerais.

Política Nacional de Irrigação e marcos regulatórios impulsionam emissão de outorgas

Zig Koch / Banco de Imagens ANA

Canal de irrigação em Lima Campos (CE)

A Agência Nacional de Águas (ANA) regularizou 1.741 usos de água em corpos hídricos de domínio da União (transfronteiriços, interestaduais e reservatórios federais) em 2013. Foi o maior número de regularizações já realizadas pela Agência em um ano. Desse total, 1.585 foram emissões de outorgas de direito de uso de recursos hídricos, sendo 849 para irrigação (53%).

A título de comparação, em 2012 foram emitidas 913 outorgas e a média anual de concessão dessas autorizações pela Agência Nacional de Águas é de aproximadamente 1100. A outorga é um instrumento de gestão de recursos hídricos, cujo objetivo é assegurar o controle da quantidade e da qualidade dos usos e o efetivo acesso às águas nas bacias hidrográficas.

Um dos principais motivos para o aumento no número de outorgas emitidas em 2013 foi a regularização dos usos relacionados à irrigação impulsionado pela Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013, que instituiu a Política Nacional de Irrigação. O Artigo 23 da nova lei determina a outorga como critério para projetos de irrigação. Além disso, a Lei determina que as instituições financeiras participantes do sistema nacional de crédito rural só podem financiar a instalação, ampliação e custeio de projetos de irrigação que possuam outorga de direito de uso de recursos hídricos.

Em 2013, também impulsionaram a regularização as outorgas coletivas decorrentes dos marcos regulatórios das bacias do rio Jaguarão (nove outorgas), no Rio Grande do Sul; e do rio Javaés (dez), no Tocantins. Também houve este tipo de regularização para 56 usos da água no açude São Gonçalo, na Paraíba; e 87 para usos em vários açudes cearenses, entre os quais o Pereira de Miranda (Pentecoste), o General Sampaio e o Caxitoré.

Para atender à demanda de regularização, a Agência Nacional de Águas adotou, em 2013, novas medidas para agilizar a emissão das outorgas, como a simplificação e a automatização de procedimentos técnicos por parte dos especialistas em recursos hídricos responsáveis pelas análises no órgão.

Depois da irrigação, o uso mais outorgado foi a aquicultura em tanque-rede: 230 empreendimentos foram regularizados, entre parques e áreas aquícolas. A peculiaridade deste uso é que a outorga preventiva não é emitida para os usuários, mas em nome do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA). Outros usos muito regularizados foram: indústria (118), mineração (149), abastecimento público (74) e esgotamento sanitário (45).

Das 1.585 outorgas, 26 foram emitidas pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica de São Paulo (DAEE), já que a Agência Nacional de Águas delegou ao órgão as outorgas na bacia dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (PCJ). Também foram feitas 14 alterações, seis indeferimentos e 31 revogações.

Segundo a Lei nº 9.433/97, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, independem de outorga os usos de recursos hídricos para satisfação das necessidades de pequenos núcleos populacionais, distribuídos no meio rural; as acumulações de volumes de água consideradas insignificantes; e captações e lançamentos de efluentes de pouca relevância.

Para corpos d'água de domínio da União, a competência para emissão da outorga é da ANA. Nos de domínio dos estados e do Distrito Federal, a solicitação de outorga deve ser feita ao órgão gestor estadual ou distrital de recursos hídricos. Para mais informações, acesse www.ana.gov.br.

País tem Sala de Situação em 23 estados para acompanhar cheias e secas

Natália Sampaio / Banco de Imagens ANA

Sala de Situação da Agência Nacional de Águas, em Brasília

A Agência Nacional de Águas investiu R$ 7,6 milhões em 2013 para reforçar o monitoramento a eventos críticos (secas e cheias) em 12 estados. Os recursos foram aplicados na instalação das 12 Salas de Situação e de 158 Plataformas de Coleta de Dados (PCD) nas regiões que receberam essas estruturas de monitoramento.

Com o apoio da ANA, em 2013 Amazonas, Amapá, Ceará, Maranhão, Mato Grosso, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rondônia, Santa Catarina, São Paulo e Tocantins colocaram em funcionamento suas Salas de Situação. Com isso, 23 estados já contam com o serviço.

As Salas de Situação monitoram chuvas, rios e reservatórios. Os dados sobre chuvas e rios são coletados pelas PCDs instaladas pela ANA, junto com o Serviço Geológico do Brasil (CPRM) e apoio dos estados, em locais considerados estratégicos. As informações são enviadas à Sala de Situação da Agência Nacional de Águas e compartilhadas com essas estruturas estaduais e outros órgãos e instituições do sistema de prevenção a desastres naturais.

O trabalho de monitoramento e a análise dos dados nas Salas de Situação subsidiam a decisão das autoridades responsáveis por ações de prevenção e resposta a desastres naturais, como secas e inundações.

Na parceria estabelecida com os estados, a ANA oferece acesso ao banco de dados hidrológicos da Agência, equipamentos para as Salas de Situação e treinamento. Além disso, novas PCDs, que passam a integrar a Rede Hidrometeorológica da ANA, são instaladas para reforçar a coleta dos dados. Os estados, por sua vez, entram com o local de funcionamento das Salas de Situação e os especialistas que a operam.

Faltam inaugurar Salas de Situação no Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Espírito Santo e no Distrito Federal, sendo que Mato Grosso do Sul e Minas Gerais já implantaram seus centros de monitoramento. A previsão é que a Sala mineira seja inaugurada em março de 2014 e a sul-mato-grossense está prevista para abril. No Distrito Federal e no Espírito Santo ainda é necessária a assinatura de Acordo de Cooperação Técnica entre a ANA e os órgãos gestores locais, o que está previsto para ocorrer no primeiro semestre deste ano.

A Rede Hidrometeorológica Nacional da ANA possui mais de 4,5 mil estações fluviométricas (monitoram rios) e pluviométricas (para chuvas) em locais estratégicos de todo o País. Por meio de sua Sala de Situação, em Brasília, a Agência Nacional de Águas acompanha as tendências hidrológicas dos principais rios e reservatórios nacionais e desenvolve ações de prevenção que permitem identificar possíveis eventos críticos e adotar antecipadamente medidas para mitigar seus impactos. Conheça os sistemas Hidroweb e Telemetria , usados pelas Salas de Situação, disponíveis no site institucional da ANA.

Modernização de estações

Para modernizar a Rede Hidrometeorológica Nacional, a Agência Nacional de Águas investiu, em 2013, R$ 6 milhões para a aquisição de plataformas de coleta de dados (PCD) e R$ 1,6 milhão para a instalação dos equipamentos nos locais definidos. Os investimentos para modernização buscam automatizar a coleta de dados em estações fluviométricas (que medem nível e vazão de rios, por exemplo) localizadas em bacias hidrográficas estratégicas. Nas estações convencionais substituídas, os dados eram coletados por hidrometristas, que tinham que aferir os níveis dos rios nas réguas instaladas e enviá-los para a ANA periodicamente.

Em 2013, foram modernizadas 158 estações fluviométricas e 181 pluviométricas. Considerando o período entre 2010 e 2013, a modernização das estações da Rede Hidrometeorológica Nacional sob responsabilidade da ANA chega a 19% dos equipamentos fluviométricos e 24% dos pluviométricos. Em 2014, a meta da Agência Nacional de Águas é aumentar tais percentuais respectivamente para 24% e 29%.

Até o fim de 2013, havia 9.467 estações pluviométricas no Brasil, sendo 2.711 sob responsabilidade da Agência e o restante de propriedade de outras entidades, como o Serviço Geológico do Brasil (CPRM) e órgãos estaduais gestores de recursos hídricos e meio ambiente. Entre as 7.048 estações fluviométricas existentes no País, 1.822 são da ANA e as demais pertencem a outras instituições. As estações da Agência Nacional de Águas são operadas por meio de parcerias com instituições, como o Serviço Geológico do Brasil (CPRM), entre outras instituições públicas e privadas.

Monitoramento da qualidade da água ganha reforço

Zig Koch / Banco de Imagens ANA

Rio Olho d'Água em Bonito (MS)

A Agência Nacional de Águas investiu R$ 10 milhões na aquisição de equipamentos para as 16 unidades da Federação que já possuem redes e rotinas de monitoramento da qualidade da água. O investimento foi realizado para atender à Rede Nacional de Monitoramento da Qualidade das Águas Superficiais (RNQA), criada em agosto do ano passado pela Resolução ANA nº 903.

O objetivo da RNQA é monitorar, avaliar e disponibilizar à sociedade informações sobre a qualidade das águas superficiais e gerar conhecimentos para subsidiar a gestão dos recursos hídricos. Além disso, ela busca identificar áreas críticas em termos de poluição hídrica e apoiar ações de planejamento, outorga, licenciamento e fiscalização das águas do País.

Até o final de março de 2014, serão entregues a 15 estados e ao Distrito Federal um total de 46 sondas multiparamétricas (para avaliação da qualidade da água), 83 medidores de vazão (para medir o volume de água que passa num determinado ponto durante um tempo definido), 25 barcos, 25 motores para as embarcações e 30 caminhonetes para as medições em campo. Além da entrega dos veículos e equipamentos, a ANA vai promover a capacitação dos técnicos estaduais para utilização das sondas e dos medidores de vazão.

Tais materiais visam a garantir o deslocamento dos técnicos até os pontos de monitoramento para a realização das coletas de água e medições em campo. Além disso, é importante medir simultaneamente a vazão e a qualidade para avaliar as cargas dos poluentes nos corpos d'água. Além do DF, 15 estados vão receber os equipamentos: Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, PE, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo e Sergipe.

A RNQA contribui para a padronização e ampliação das informações sobre a qualidade da água em escala nacional. A Rede também busca padronizar os parâmetros, a frequência de coleta, a densidade de pontos de monitoramento e os equipamentos utilizados nos trabalhos em campo.

Com a Rede, todas as 12 regiões hidrográficas brasileiras contarão, até dezembro de 2020, com pontos de monitoramento da qualidade da água tanto em rios de domínio estadual quanto em rios de domínio da União (interestaduais e transfronteiriços). A localização desses pontos é definida pela Agência Nacional de Águas em conjunto com os órgãos estaduais relacionados à gestão de recursos hídricos e meio ambiente.

Os parâmetros mínimos a serem coletados nos pontos de monitoramento envolvem aspectos físico-químicos (transparência, temperatura da água, Oxigênio dissolvido, pH e Demanda Bioquímica de Oxigênio, por exemplo), microbiológico (coliformes), biológicos (clorofila e fitoplâncton) e de nutrientes (relacionados a Fósforo e Nitrogênio).

PNQA

A RNQA é o principal eixo do Programa Nacional de Avaliação da Qualidade das Águas (PNQA), realizado pela ANA, que busca oferecer à sociedade um conhecimento adequado da qualidade das águas superficiais do Brasil, a fim de subsidiar gestores públicos na definição de políticas públicas para a recuperação da qualidade das águas, contribuindo para a gestão sustentável dos recursos hídricos.

Agência capacita mais de 12,5 mil pessoas em temas relacionados a água

Cláudia Dianni / Banco de Imagens ANA

Palestra de abertura do VIII Curso Internacional de Medição de Descarga Líquida em Grandes Rios

A Agência Nacional de Águas (ANA) atingiu o maior número de pessoas capacitadas num só ano: 12.534 . Esta quantidade equivale a 37% de todos os alunos já capacitados pela instituição desde 2001, quando foram promovidos os primeiros cursos. Outros recordes batidos em 2013 envolvem o número de turmas abertas (174) e a carga horária oferecida (5.568). Somando-se os dois anos anteriores, por exemplo, houve 176 turmas e 5.712 horas de capacitação.

De acordo com a sua Lei de criação (9.984/2000), cabe à ANA estimular a pesquisa e a capacitação de recursos humanos para a gestão de recursos hídricos, em conformidade com a política nacional do setor.

Um dos principais motivos para o aumento no número de pessoas que participam dos cursos é a utilização da modalidade de ensino a distância (EaD). Por meio dela, 11.758 pessoas concluíram as capacitações oferecidas durante em 2013 – 93% do total de alunos.

Além de ser uma estratégia para viabilizar parcerias da ANA com instituições de ensino, a modalidade EaD permitiu o aumento da oferta de cursos, da carga horária, dos temas oferecidos e da abrangência do público beneficiado – pois basta ao aluno ter computador com acesso a internet para que possa concluir os cursos. Com isso, brasileiros de todas as regiões do País e até mesmo estrangeiros podem participar.

Uma das principais parcerias é com o projeto Água – Conhecimento para Gestão, que capacitou 3.664 alunos em 2013, sendo 93% em cursos totalmente a distância e o restante em semipresenciais (que mesclam participações presenciais e EaD). O projeto é um convênio entre a ANA, a Fundação Parque Tecnológico de Itaipu (FPTI) e a Itaipu Binacional.

O objetivo do Água – Conhecimento para Gestão é desenvolver ações de comunicação, difusão, mobilização social, capacitação e educação para a gestão de recursos hídricos no Brasil e demais países da América Latina. São 36 cursos nas modalidades semipresencial e EaD, além de ferramentas de educomunicação. A previsão é que sejam abertas mais de 30 mil vagas pela iniciativa até dezembro de 2015.

Parcerias também permitiram a ampliação do número de vagas, o que também beneficiou alunos estrangeiros. Pessoas de 14 países participaram de cursos no âmbito dos acordos da ANA com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) e a Agência Internacional de Cooperação do Japão (JICA, na sigla em inglês). Nos cursos do projeto Água – Conhecimento para Gestão, foram oferecidos seis cursos em espanhol, além de uma turma específica para moçambicanos. No total, participantes de 15 países foram certificados.

Considerando todos os estrangeiros atendidos, cerca de 200 alunos de 23 países participaram dos cursos: Angola, Argentina, Bolívia, Cabo Verde, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, Espanha, Guiana, Honduras, México, Moçambique, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, República Dominicana, São Tomé e Príncipe, Suriname, Timor Leste, Uruguai e Venezuela.

Uma das capacitações para estrangeiros e brasileiros foi o XII Curso Internacional de Medição de Descarga Líquida em Grandes Rios: Técnicas de Medição, que aconteceu entre 22 e 31 de agosto em Manaus e Manacupuru (AM). Participaram 36 profissionais, sendo 11 brasileiros e 15 de outros países amazônicos: Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela.

Os principais temas abordados em 2013 pelas capacitações da ANA, que lançaram 14 novos cursos, foram: segurança de barragens, Hidrologia/Hidrometria, qualidade da água, planejamento e gestão de recursos hídricos, educação e participação social na gestão de recursos hídricos e geoprocessamento e sensoriamento remoto.

Desde 2011, os cursos da Agência Nacional de Águas vêm se desenvolvendo em resposta ao diagnóstico das demandas do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH). A ANA segue uma estratégia plurianual de capacitação que em 2013 foi baseada em quatro diretrizes. A primeira delas foi justamente a capacitação nacional integrada às prioridades do SINGREH e articuladas com as necessidades das instituições integantes do Sistema. Outros objetivos foram introduzir o tema recursos hídricos nas instituições de ensino, incentivar linhas de pesquisa sobre água e contribuir para o intercâmbio de informações do setor principalmente com países fronteiriços e de língua portuguesa.

Para 2014 estão previstas 14,5 mil vagas, sendo 1,1 mil presenciais ou semipresenciais e 13,4 mil em cursos a distância. As capacitações serão, em sua maioria, de curta ou média duração, variando de quatro a 80 horas. Para o público estrangeiro há uma previsão de 500 vagas, principalmente na modalidade EaD. Saiba mais no site http://capacitacao.ana.gov.br.

Prodes contrata estações de tratamento de esgotos que vão beneficiar mais de 1 milhão de pessoas

A edição 2013 do Programa Despoluição de Bacias Hidrográficas (Prodes), da Agência Nacional de Águas (ANA), foi a que investiu a maior quantidade de recursos em estações de tratamento de esgotos desde o lançamento do programa em 2001. No ano passado foram selecionados 11 empreendimentos que vão beneficiar 1,12 milhão de pessoas em 12 municípios: Barreiras (BA), Cataguazes (MG), Carmo do Paranaíba (MG), Mateus Leme (MG), São Gotardo (MG), Igarapé (MG), São Joaquim de Bicas (MG), Ribeirão das Neves (MG), Volta Redonda (RJ), Porto Alegre (RS), Indaiatuba (SP) e São José dos Campos (SP).

O objetivo do Prodes é incentivar a instalação ou ampliação de estações de tratamento para redução da carga de esgotos domésticos, principal fonte de poluição dos rios brasileiros. De acordo com o Relatório de Conjuntura dos Recursos Hídricos 2013, elaborado pela ANA, são tratados cerca de 30% do esgoto doméstico urbano produzido no País. Em 2013, as bacias definidas como prioritárias pelo programa foram as dos rios São Francisco, Doce, Paraíba do Sul, Paranaíba e Piranhas-Açu.

O Prodes também é conhecido como "programa de compra de esgoto tratado", pois paga pelo esgoto efetivamente tratado desde que cumpridas as condições previstas em contrato (metas de remoção de carga poluidora) em vez de financiar obras ou equipamentos. Podem participar do Prodes os empreendimentos com capacidade inicial de tratamento de pelo menos 270kg de DBO (carga orgânica) por dia, cujos recursos para instalação da estação não venham da União. Participam da seleção as estações ainda não iniciadas ou em construção com até 70% do orçamento executado.

Tomás May / Banco de Imagens ANA

Estação de Tratamento de Esgotos Anhumas (SP)

Em cerimônia de assinatura dos contratos que preveem o desembolso de R$ 77 milhões, na sede da ANA, em 19 de dezembro, o diretor-presidente da Agência, Vicente Andreu, disse que o modelo do Prodes é inspirador para outros programas, pois transfere recursos mediante resultados obtidos. "É um modelo que nos inspirou no Pacto das Águas, uma política cuja principal ferramenta, o Progestão [Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas], oferece recursos a órgãos gestores estaduais de recursos hídricos mediante o cumprimento de metas institucionais."

Andreu estimulou as empresas do setor a utilizarem o Atlas Brasil – Abastecimento Urbano de Água como referência para seus investimentos, já que o estudo da ANA apresenta um diagnóstico da situação do abastecimento em todos os municípios brasileiros e aponta as obras necessárias, inclusive redes coletoras de esgoto nos municípios situados dentro da área de drenagem dos pontos de captação de água com potencial impacto em termos de poluição. Além disso, as cidades cujas soluções estão apontadas no Atlas recebem um bônus na fase de seleção dos empreendimentos do Prodes.

Desde seu início, em 2001, o Programa já contratou ou selecionou para contratação 69 empreendimentos que atenderão a cerca de 8 milhões de brasileiros quando estiverem em pleno funcionamento.

Para intensificar os esforços da Agência na despoluição dos rios, em 11 de dezembro a ANA promoveu a reunião de partida para a elaboração do Atlas Brasil de Despoluição de Bacias Hidrográficas: Tratamento de Esgotos Urbanos. Representantes das prestadoras de serviço de saneamento básico, do Banco Mundial, dos Ministérios do Meio Ambiente, das Cidades, da Integração e especialistas da Agência discutiram a integração das políticas públicas do setor, a metodologia a ser adotada no estudo, previsto para ser lançado em 2015, e um plano de trabalho para a elaboração do novo Atlas. O objetivo é fazer o diagnóstico das condições de atendimento por coleta e tratamento de esgoto urbano em todos os municípios do País e dos potenciais impactos nos corpos d'água receptores dessa carga orgânica.

Produtor de Água recebe prêmio internacional

Em 6 de março de 2013, o Projeto Conservador das Águas recebeu em Dubai, Emirados Árabes, o Prêmio Internacional de Dubai para Boas Práticas. A premiação é oferecida desde 1995 pelo Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat) e pela Prefeitura de Dubai com o objetivo de apoiar o intercâmbio de boas práticas, conhecimentos e experiências em iniciativas sociais. Para vencer o Prêmio, o Conservador das Águas concorreu com aproximadamente 400 projetos do mundo inteiro. Outros 11 trabalhos também foram premiados.

O projeto da Prefeitura de Extrema (MG) foi o primeiro do Brasil a seguir as diretrizes do Programa Produtor de Água, da Agência Nacional de Águas (ANA), o qual desde 2001 busca revitalizar ambientalmente as bacias hidrográficas do Brasil. Desde 2006 o Conservador das Águas é realizado pela Prefeitura de Extrema em parceria com a ANA, a ONG The Nature Conservancy (TNC), o Instituto Estadual de Florestas (IEF) e o Governo de Minas Gerais.

O Programa Produtor de Água estimula medidas, como: plantio de matas ciliares, adequação de estradas rurais, cercamento de nascentes, construção de barraginhas e outras medidas que facilitem a infiltração de água para evitar a erosão e o assoreamento dos rios. O Programa é uma ação de pagamento por serviços ambientais (PSA), que concede estímulos financeiros que recompensam boas práticas ambientais.

Os 19 projetos no âmbito do Produtor de Água abrangem uma área de 306 mil hectares, dos quais mais de 40 mil já receberam práticas conservacionistas de recuperação da vegetação ou conservação de solo. Mais de 800 mil mudas já foram plantadas e cerca de 300km de estradas rurais foram readequadas. Mais de 1100 produtores rurais que participam dos projetos do Produtor de Água já foram remunerados pelos serviços ambientais prestados.

Sete projetos abrangem regiões de abastecimento de água de grandes regiões metropolitanas, como São Paulo e Brasília. As ações do Programa impactam – direta ou indiretamente – uma população de aproximadamente 30 milhões de pessoas.

Brasília vai sediar VIII Fórum Mundial da Água em 2018

Zig Koch / Banco de Imagens ANA

Lago Paranoá é um dos principais pontos turísticos de Brasília

O Fórum Mundial da Água de 2018 já tem uma sede: Brasília. A capital brasileira foi eleita em 26 de fevereiro, por 23 governadores do Conselho Mundial da Água (WWC, na sigla em inglês) durante a 51ª Reunião do Quadro de Governadores da instituição, que organiza o maior evento do planeta com a temática dos recursos hídricos. A cidade dinamarquesa de Copenhague, que concorria com Brasília, recebeu dez votos dos 36 possíveis. A escolha aconteceu em Gyeongju, Coreia do Sul.

Com a escolha, Brasília será a primeira cidade do Hemisfério Sul a receber o Fórum Mundial da Água, que já passou por quatro continentes (África, Europa, Ásia e América) e seis países (Marrocos, Holanda, Japão, México, Turquia e França). A próxima edição, em abril de 2015, está marcada para as cidades de Daegu e Gyeongbuk, Coreia do Sul.

Na disputa com Copenhague, a candidatura de Brasília recebeu visita do Comitê de Avaliação do WWC em agosto de 2013. Na ocasião, os avaliadores puderam analisar a viabilidade de a capital brasileira receber o evento em diversos aspectos, como: infraestrutura de transportes, mobilidade urbana, rede hoteleira e locais para realização da 8ª edição do Fórum. O relatório do Comitê de Avaliação serviu como subsídio para que os governadores do Conselho Mundial da Água escolhessem a sede do evento de 2018.

A candidatura de Brasília foi resultado de um esforço conjunto do Governo Federal, do Governo do Distrito Federal (GDF), da Agência Nacional de Águas (ANA) e das diversas instituições que compõem a Seção Brasil do Conselho Mundial da Água.

De acordo com o presidente do WWC e ex-diretor da ANA, Benedito Braga, a candidatura brasileira integou os temas discutidos nas edições anteriores do evento, dando continuidade à discussões já realizadas sobre os desafios do setor de recursos hídricos.

O Fórum Mundial da Água é realizado a cada três anos com o objetivo principal de inserir a temática dos recursos hídricos com destaque na agenda global. Para tanto, o WWC reúne diferentes públicos durante o evento, como organizações internacionais, políticos, representantes da sociedade civil, cientistas, usuários de água e profissionais do setor de recursos hídricos.

Assim, o Fórum Mundial da Água funciona como uma plataforma para que os tomadores de decisão de todo o planeta e os usuários de recursos hídricos possam se encontrar para trabalhar conjuntamente por soluções relativas a água. Na última edição do evento, em 2012, tomadores de decisão de mais de 140 países e um público estimado de 35 mil pessoas compareceram à cidade francesa de Marselha.

Histórico do Fórum

Desde 1997, o Conselho Mundial da Água vem realizando o Fórum Mundial da Água. A primeira edição aconteceu em Marrakesh, Marrocos, com o tema "Visão sobre a Água, Vida e Meio Ambiente no Século XXI". Em 2000, a cidade de Haia, Holanda, sediou o evento com o tema "Da Visão à Ação". Três anos depois, o Fórum foi para o Japão. Nas cidades de Kyoto, Shiga e Osaka, o tema foi "Um Fórum com uma Diferença". Na ocasião, os debates consideraram as metas estabelecidas pela Cúpula do Milênio da Organização das Nações Unidas (ONU).

Em 2006, o maior evento do mundo sobre recursos hídricos aconteceu na Cidade do México norteado pelo tema "Ações Locais para o Desafio Global". Depois de passar pela África, Europa, Ásia e América, o Fórum Mundial da Água de 2009 foi realizado numa cidade ao mesmo tempo europeia e asiática: Istambul, Turquia. Nela o tema que norteou as discussões foi "Superar Divergências sobre a Água".

Na última edição, em 2012, a cidade onde fica a sede do WWC também sediou o Fórum: Marselha, França. Na ocasião, o tema escolhido foi "Soluções para Água". O próximo evento acontecerá em duas cidades da Coreia do Sul, Daegu e Gyeongbuk, entre 12 e 17 de abril de 2015. Para esta edição, o tema dos debates será "Água para nosso Futuro".

Brasil e Peru assinam cooperação em recursos hídricos

Durante missão oficial da presidente Dilma Rousseff a Lima, Peru, em 11 de novembro de 2013, a Agência Nacional de Águas (ANA) e a Autoridade Nacional da Água do Peru (ANA-Peru) assinaram um memorando de entendimento para fortalecer as ações de cooperação tecnológica e científica na área de recursos hídricos e incrementar ações em benefício da gestão das bacias compartilhadas entre os dois países, como a do rio Amazonas. O diretor-presidente da Agência Nacional de Águas, Vicente Andreu, e o chefe da ANA-Peru, Jorge Chavesta, foram os signatários do memorando. A presidente da República e o presidente peruano, Ollanta Humala, participaram da solenidade.

Com cinco anos de duração, prorrogável por igual período quantas vezes for necessário, o memorando prevê o fortalecimento de planos de bacias hidrográficas e planos de gestão integrada de recursos hídricos; dos organismos de bacias; e das ações de monitoramento dos recursos da bacia do rio Amazonas (cuja nascente fica no Peru), o que inclui a implementação de uma rede de monitoramento da qualidade e da quantidade das águas.

O memorando também contempla a determinação de parâmetros de eficiência pelo uso da água, o fortalecimento dos sistemas de informação sobre o recurso, a transferência de tecnologia sobre água e ações para melhoria do processo de planejamento de recursos hídricos.

De acordo com o memorando, a cooperação prevê programas de capacitação, seminários, oficinas e estágios em assuntos no âmbito do acordo. Também estão previstos intercâmbio de pesquisadores, missões técnicas e compartilhamento de informações e documentos técnicos relacionados a recursos hídricos.

Além das ações de cooperação, esta parceria contribuirá para estreitar posições dos dois países em fóruns internacionais referentes a recursos hídricos e em outras iniciativas de caráter regional, especialmente no que se refere à gestão dos recursos hídricos na bacia Amazônica.

O memorando foi concretizado pela ANA e pela ANA-Peru a partir das ações de intercâmbio técnico realizadas pela Agência Nacional de Águas nos últimos anos, que permitiram à Autoridade Nacional da Água do Peru definir as regiões prioritárias para a instalação de 22 comitês de bacias hidrográficas em seu território – trabalho conjunto que contou com a participação de especialistas em Recursos Hídricos da ANA.

Roberto Stuckert Filho / Presidência da República

Andreu (à esq.) e Chavesta assinam acordo diante da presidente Dilma Rousseff

Cooperação pela Água norteia debates do setor

A Organização das Nações Unidas (ONU) definiu 2013 como sendo o Ano Internacional de Cooperação pela Água. O tema também norteou o Dia Mundial da Água. Nesse sentido, a ANA celebrou a data, em 22 de março, organizando o Seminário Água, Comunicação e Sociedade no Ano Internacional de Cooperação pela Água. O evento reuniu no Museu Nacional, em Brasília, mais de 250 especialistas e comunicadores em um espaço aberto para troca de experiências e debates, com o objetivo de divulgar como é feita a gestão dos recursos hídricos no Brasil. O Seminário também buscou envolver a sociedade nas discussões sobre o crescente desafio para garantir água em quantidade e qualidade a todos e dar visibilidade a ações de cooperação e mobilização que envolvem a boa gestão e o uso sustentável da água. O evento é realizado pela ANA, com apoio da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente (SRHU/MMA), para cumprir o programa IV.3 do Plano Nacional de Recursos Hídricos.

ANA participa da Cúpula da Água

Paulo Varella, diretor da Agência Nacional de Águas, representou a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, durante a Cúpula da Água, que aconteceu em Budapeste, Hungria, de 8 a 11 de outubro. No evento, o superintendente de Implementação de Programas e Projetos da ANA, Ricardo de Andrade, apresentou palestra sobre o Programa Produtor de Água – ação da Agência que incentiva projetos de pagamento por serviços ambientais (PSA) para conservação de água e solo – no painel sobre experiências globais bem-sucedidas relacionadas à conservação da água. O evento surgiu durante a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), num consenso entre o Conselho Mundial da Água (WWC) e a Organização das Nações Unidas (ONU), para ser um fórum político para facilitar os entendimentos entre os vários atores e setores que lidam com água e saneamento no mundo. A Cúpula da Água foi um dos acontecimentos do Ano Internacional de Cooperação pela Água, e contou com a presença do presidente da ONU, Ban Ki-moon.

ANA dá posse a técnicos administrativos aprovados no último concurso público

Raylton Alves / Banco de Imagens ANA

Sede da ANA no Setor Policial (SPO), em Brasília

Desde 27 de fevereiro, o quadro de servidores da Agência Nacional de Águas (ANA) passou a contar com o reforço de técnicos administrativos, que tomaram posse na sede da instituição em Brasília.

Os novos servidores foram aprovados no primeiro concurso público da Agência para cargos de nível médio já realizado pela instituição e exercerão atividades administrativas e logísticas, relativas ao exercício das competências constitucionais e legais a cargo da ANA. Dos 45 aprovados na seleção, a Agência Nacional de Águas convocou para posse os 28 primeiros colocados.

O cargo de técnico administrativo é regido pelo Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais, conforme a Lei nº 8.112/1990. A função também integra a carreira de técnico administrativo, de acordo com a Lei nº 10.871/2004.

Todas os cargos oferecidos são para Brasília, tanto para os prédios no Setor Policial (SPO) quanto no Setor de Indústria e Abastecimento (SIA). A carga horária dos técnicos é de 40 horas semanais e a remuneração inicial (Classe A, Padrão I) pode chegar a R$ 6.032,45, caso o técnico administrativo atinja o patamar máximo de avaliação do seu desempenho. A seleção foi homologada em 11 de março de 2013 e tem validade de dois anos, prorrogável por igual período.

Realizado pela empresa Cetro Concursos Públicos Consultoria e Administração, em 11 de novembro de 2012, o concurso contou com a inscrição de 27.596 candidatos de todas as unidades da Federação. Do total, 259 pessoas com deficiência competiram pelas três vagas reservadas a elas, resultando em 86,33 candidatos por vaga. Para ampla concorrência, a proporção foi de 650,88 candidatos por vaga.

Projeto da Agência está entre os 30 mais sustentáveis do Brasil

O Projeto Servidor Consciente Preserva o Meio Ambiente, da Agência Nacional de Águas, foi selecionado para o Ranking 2013 do 11º Benchmarking Brasil – programa de fomento à sustentabilidade e que reconhece os detentores das melhores práticas socioambientais do País. Eleita como uma das 30 iniciativas mais sustentáveis do País, em cerimônia no dia 1º de agosto, a ação da ANA busca sensibilizar, conscientizar e capacitar seus servidores sobre temas socioambientais importantes.

Desenvolvido pela Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) na Agência, o Projeto Servidor Consciente Preserva o Meio Ambiente realiza capacitações, palestras e debates técnicos com duas turmas de servidores e colaboradores por ano. Outra linha de ação é por meio da divulgação interna de conteúdos de educação ambiental. A cada quatro meses, a equipe do Projeto visita as salas da ANA para checar se práticas ambientais estão sendo adotadas no ambiente de trabalho, tais como: desligar os monitores dos computadores ao sair da sala, imprimir só o necessário e dos dois lados da folha, destinar papéis para a reciclagem e evitar o uso de copos descartáveis, dando preferência a canecas ecológicas.

De acordo com as medidas adotadas em cada sala, o local é classificado como bom, razoável ou insuficiente. Aquelas que completam todos os requisitos ambientais recebem cartão verde e na porta é fixado um certificado de boas práticas, atestando que aquele ambiente é uma Sala Sustentável.

Diretoria Colegiada recebe servidora e renovação de dois mandatos

O Diário Oficial da União de 15 de janeiro, publicou o Decreto de recondução do diretor-presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), Vicente Andreu, e do diretor João Gilberto Lotufo Conejo aos respectivos cargos. Ambos tomaram posse no mesmo dia. Assinado pela presidente Dilma Rousseff, o documento também nomeou como diretora da instituição Gisela Damm Forattini, especialista em Recursos Hídricos da ANA. Ela é a primeira servidora de carreira do órgão a ocupar o posto e tomou posse no dia seguinte ao Decreto.

Em 17 de dezembro de 2013, o Plenário do Senado aprovou a recondução do diretor-presidente da ANA, Vicente Andreu, e do diretor João Gilberto Lotufo Conejo para um mandato de mais quatro anos. Na mesma data, os parlamentares também aprovaram a indicação de Gisela para o cargo.

Na manhã do próprio dia 17, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado (CMA) aprovou a indicação dos três nomes. Todos os 16 senadores que compareceram à sabatina aprovaram as duas reconduções e a indicação de Gisela. Segundo a legislação, os indicados a cargos de diretoria em agências reguladoras precisam de aprovação no Senado, após sabatina em comissão específica, para que possam ser nomeados.

José Cruz / Agência Senado

Sabatina na CMA com Lotufo, Andreu (da esq. para a dir.) e Gisela

De acordo com a Lei nº 9.984/2000, que criou a Agência Nacional de Águas, os diretores da instituição têm um mandato de quatro anos, sendo admitida uma recondução consecutiva por igual período. A Diretoria Colegiada da Agência é composta por cinco diretores, sendo um deles o diretor-presidente. Uma das vagas do colegiado é ocupada por Paulo Varella, que é um dos governadores do Conselho Mundial da Água. O quinto cargo na Diretoria está vago.

Paulo Varella teve seu nome aprovado por 15 dos 16 senadores presentes à sabatina na CMA em 16 de abril de 2013. A etapa seguinte – aprovação pelo Plenário do Senado – aconteceu em 8 de maio. A recondução por mais quatro anos foi concretizada com a publicação do Decreto presidencial de recondução, de 27 de maio.

Todos os membros da Diretoria Colegiada da Agência devem ser nomeados pelo presidente da República para mandatos de quatro anos não coincidentes, após aprovação pelo Senado. A recondução por mais quatro anos deve ser realizada a partir de indicação do ministro do Meio Ambiente.

A Diretoria Colegiada da ANA delibera por maioria simples de votos e precisa da presença (física ou por teleconferência) de pelo menos três diretores para votação sobre os assuntos em pauta. O diretor-presidente tem direito a voto com mesmo peso dos demais membros.

Perfil da Diretoria

Vicente Andreu

Vicente Andreu é diretor-presidente da Agência Nacional de Águas e membro titular do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) desde janeiro de 2010. O dirigente já ocupou os cargos de secretário nacional de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano, no Ministério do Meio Ambiente (MMA); secretário municipal de Planejamento, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente da Prefeitura de Campinas (SP); presidente da Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A (Sanasa) de Campinas; entre outros. Andreu é formado em Estatística pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

João Gilberto Lotufo

Desde 2001 na ANA, João Gilberto Lotufo foi superintendente de Planejamento de Recursos Hídricos e tomou posse como diretor do órgão em janeiro de 2010. Foi engenheiro e superintendente no Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE); secretário adjunto de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras do Estado de São Paulo; e professor assistente do Departamento de Hidráulica e Saneamento da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (Poli/USP), onde se tornou mestre em Engenharia Hidráulica. Lotufo também possui especialização em Engenharia Hidrológica pelo Imperial College, da Universidade de Londres, Inglaterra.

Gisela Damm Forattini

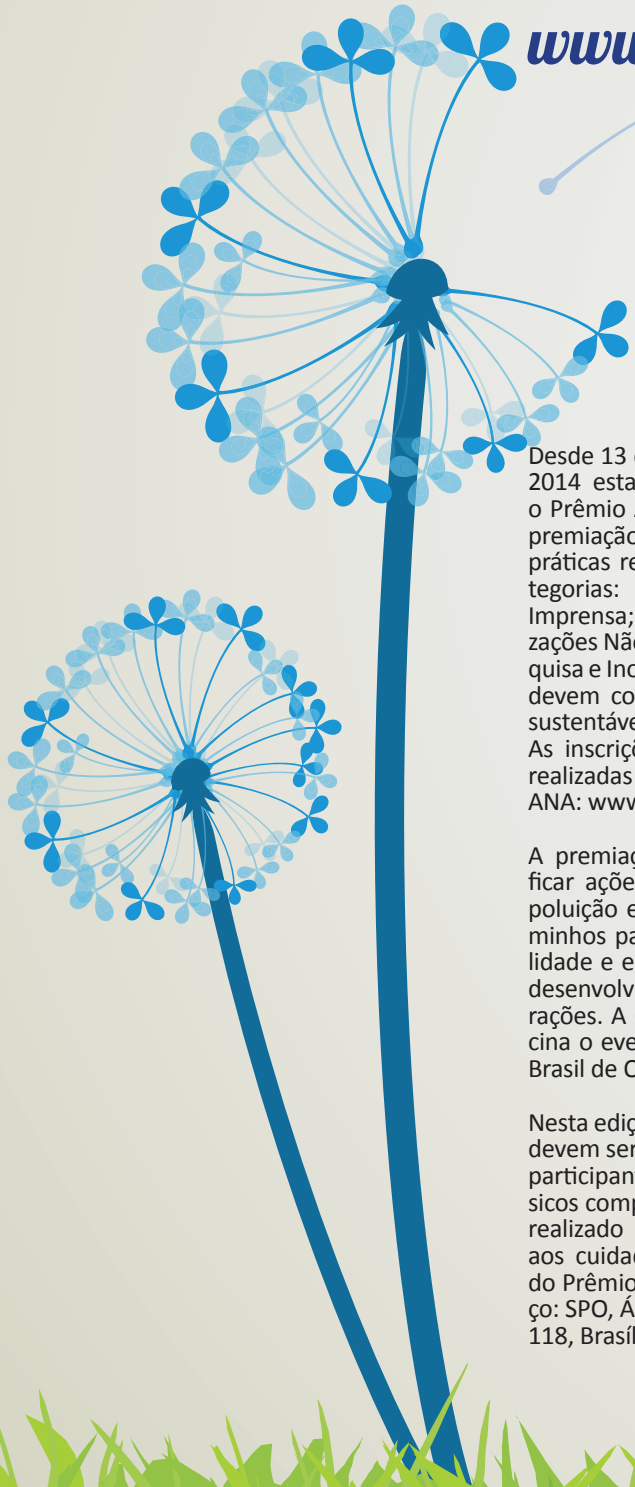
Gisela Damm Forattini trabalha há 35 anos na área de Meio Ambiente e de Gestão Integrada de Recursos Hídricos. Diretora de Licenciamento Ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) entre agosto de 2010 e janeiro de 2014, Forattini já foi superintendente de Fiscalização e gerente de Outorga da ANA, onde passou a integrar o quadro de servidores por meio de concurso público em 2006, como especialista em Recursos Hídricos. Gisela é engenheira civil e mestre em Ciências na área de Recursos Hídricos e Saneamento pelo Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (COPPE/UFRJ).

Paulo Varella

Geólogo com especialização em Hidrologia Subterrânea pela Universidade Politécnica de Barcelona, Espanha, Varella assumiu uma das vagas da Diretoria Colegiada da ANA em setembro de 2009. Antes, foi superintendente de Implementação de Programas e Projetos da Agência, entre 2004 e 2009. O diretor também é um dos governadores do Conselho Mundial da Água para o mandato entre 2012 e 2015. Antes de sua chegada à ANA, Paulo Varella ocupou vários cargos públicos no Rio Grande do Norte, como o de secretário estadual de Recursos Hídricos, presidente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Rio Grande do Norte, entre outros.

Prêmio ANA 2014 recebe inscrições

Boas práticas e reportagens podem ser inscritas até 30 de maio pelo hotsite: www.ana.gov.br/premio



Desde 13 de dezembro até 30 de maio de 2014 estarão abertas as inscrições para o Prêmio ANA 2014. Em sua 5ª edição, a premiação bienal busca reconhecer boas práticas relacionadas a água em sete categorias: Empresas; Ensino; Governo; Imprensa; Organismos de Bacia; Organizações Não Governamentais (ONG); e Pesquisa e Inovação Tecnológica. Os trabalhos devem contribuir para a gestão e o uso sustentável dos recursos hídricos do País. As inscrições são gratuitas e devem ser realizadas através do hotsite do Prêmio ANA: www.ana.gov.br/premio.

A premiação tem como objetivo identificar ações que estimulem o combate à poluição e ao desperdício e apontem caminhos para assegurar água de boa qualidade e em quantidade suficiente para o desenvolvimento das atuais e futuras gerações. A Caixa Econômica Federal patrocina o evento, que recebe apoio da Rede Brasil de Organismos de Bacia (REBOB).

Nesta edição do Prêmio ANA, as inscrições devem ser realizadas pelo hotsite. Caso os participantes queiram enviar materiais físicos complementares, o envio deverá ser realizado por remessa postal registrada aos cuidados da Comissão Organizadora do Prêmio ANA 2014 no seguinte endereço: SPO, Área 5, Quadra 3, Bloco "M", Sala 118, Brasília (DF), CEP: 70610-200.

A data de postagem será considerada como a de entrega e o localizador da remessa deverá ser informado no ato da inscrição, que só será confirmada pela Comissão Organizadora após o recebimento dos materiais complementares.

Cada participante pode inscrever mais de uma iniciativa. Além disso, poderão ser apresentados trabalhos indicados por terceiros, desde que acompanhados de declaração assinada pelo indicado, concordando com a indicação e com o regulamento da premiação.

O Prêmio ANA 2014 terá uma Comissão Julgadora composta por membros externos à ANA e com notório saber na área de recursos hídricos ou meio ambiente. Um representante da Agência presidirá o grupo, mas sem direito a voto. Os critérios de avaliação dos trabalhos levarão em consideração os seguintes aspectos: efetividade; impactos social e ambiental; potencial de difusão; adesão social; originalidade; e sustentabilidade financeira (se aplicável).

A Comissão Julgadora selecionará três iniciativas finalistas e a vencedora de cada uma das sete categorias. Os vencedores serão conhecidos em solenidade de premiação marcada para 3 de dezembro de 2014 em local a ser definido. Os sete vencedores receberão um Troféu Prêmio ANA.

Quem pode participar da premiação

Empresas

Públicas, privadas e sociedades de economia mista. incluem-se nesta categoria os setores usuários de recursos hídricos, como: agricultura irrigada, aquicultura, criação de animais, geração de energia elétrica, indústria, mineração, saneamento, transporte hidroviário e turismo.

Ensino

Estudantes e profissionais de instituições de ensino superior, médio e fundamental.

Governo

Abrange órgãos e entidades da Administração Pública Federal, Estadual, Distrital e Municipal, no âmbito dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, assim como o Ministério Público e os Tribunais de Contas.

Imprensa

Jornalistas de veículos de comunicação dos seguintes tipos: jornais, revistas, rádios, TV e sítios jornalísticos. Poderão ser apresentadas matérias especiais ou séries de reportagens relacionadas a qualquer tema que tenha pertinência com as atividades institucionais da ANA, veiculadas por meio da mídia desde 1º de janeiro de 2013 até o encerramento das inscrições.

ONG

Associações não governamentais sem fins lucrativos (também chamadas de organizações da sociedade civil), com atuação na área de recursos hídricos e de meio ambiente, associações de classe, sindicatos.

Organismos de Bacia

Comitês de bacias hidrográficas de rios de domínio da União, dos estados e do Distrito Federal; comissões de açudes e barragens; consórcios intermunicipais com ações na área de recursos hídricos; associações de usuários; e agências de bacia.

Pesquisa e Inovação Tecnológica

Instituições de pesquisa e profissionais voltados à produção científica e tecnológica.

Vencedores de todas as edições

PROJETO / INSTITUIÇÃO / CIDADE	CATEGORIA
2012	
Conservação e Restauração das Bicas Públicas de Olinda: São Pedro, Quatro Cantos e Rosário / Vânia Avelar de Albuquerque / Recife (PE)	Água e Patrimônio Cultural
Produção de Água Industrial – Projeto Aquapolo / Aquapolo Ambiental S/A / São Caetano do Sul e São Paulo (SP)	Empresas
Lagoas Costeiras II / Universidade de Caxias do Sul / Caxias do Sul (RS)	Ensino
Atlas Digital sobre Recursos Hídricos de Sergipe / Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (Semarh) / Aracaju (SE)	Governo
O Caminho da Água / TV Centro América / Cuiabá (MT)	Imprensa
1ª Expedição do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Japaratuba / Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Japaratuba (CBHJ) / Capela (SE)	Organismos de Bacia
Revitalização dos Rios de Erechim / Instituto Sócio Ambiental Vida Verde (EloVerde) / Erechim (RS)	ONG
Sustentabilidade com Unidades de Captação: Melhor Destino das Águas Pluviais / Instituto de Pesquisas e Estudos de Lassance (Ipel) / Lassance (MG)	Pesquisa e Inovação Tecnológica
2010	
Cultivando Água Boa: um Movimento pela Sustentabilidade / Itaipu Binacional / Foz do Iguaçu (PR)	Empresas
Conhecendo os Banhados / Escola Municipal de Ensino Fundamental 25 de Julho / Campo Bom (RS)	Ensino
Projeto Revitalização da Bacia do Rio das Velhas / Secretaria de Meio Ambiente do Governo de Minas Gerais / Belo Horizonte (MG)	Governo
Projeto Rios de São Paulo / TV Globo / São Paulo (SP)	Imprensa
As Aventuras do Rio Tietê – Práticas Regionais de Educação Ambiental (Prea) / Comitê da Bacia Hidrográfica do Baixo Tietê / Araçatuba (SP)	Organismos de Bacia
Projeto AMA – Assistência Missionária Ambulante / Missão Salesiana de Mato Grosso / Campo Grande (MS)	ONG
Avanços Científicos e Tecnológicos para a Gestão e o Uso Sustentável dos Recursos Hídricos Obtidos com o Sistema AcquaNet / Laboratório de Sistemas de Suporte a Decisões Aplicadas à Engenharia / São Paulo (SP)	Pesquisa e Inovação Tecnológica
2008	
Construção de uma Linhagem Bacteriana Apta para Biorremediação de Efluentes Contaminados por Metais Pesados / Universidade de São Paulo (USP) / São Paulo (SP)	Academia
Gestão de Recursos Hídricos na Jalles Machado S/A / Jalles Machado S/A / Goianésia (GO)	Empresas
Um modelo de Gestão de Abastecimento de Água para Comunidades Rurais / Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (Semarh) / Natal (RN)	Governo
Trilogia: Mares, Desertos e Chuvas do Sertão / Jornal O Povo / Fortaleza (CE)	Imprensa
Projeto de Educação Ambiental Pingo d'Água / Consórcio para Proteção Ambiental da Bacia do Rio Tibagi (Copati) / Londrina (PR)	Organismos de Bacia
De Olho nos Mananciais / Instituto Socioambiental (ISA) / São Paulo (SP)	ONG
2006	
"Convivência com a Realidade Semi-Árida" – Construção de Cisternas para Captação e Armazenamento de Água da Chuva / Centro de Educação Popular e Formação Sindical (CEPFS) / Teixeira (PB)	Água para a Vida
Projeto de Assessoria Técnica e Científica ao Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do rio Cubatão do Norte / Universidade da Região de Joinville (Univille) / Joinville (SC)	Gestão de Recursos Hídricos
Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido: Um Milhão de Cisternas Rurais / Associação Programa Um Milhão de Cisternas para o Semiárido / Recife (PE)	Uso Racional de Recursos Hídricos

ANA
AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS

Ministério do
Meio Ambiente

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA